



PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

- **Constituição Federal;**
- **Código Penal;**
- **Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera dispositivos do Código Penal, do Código de Processo Penal e da Lei de Execução Penal; e dá outras providências;
- **Decreto Federal nº 7.393, de 15 de dezembro de 2010**, que dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180).
- **Lei Federal nº 15.125, de 24 de abril de 2025**, que altera a Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha), para sujeitar o agressor a monitoração eletrônica durante a aplicação de medida protetiva de urgência em casos de violência doméstica e familiar;
- **Lei Federal nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.
- **Lei Federal nº 13.421, de 27 de março de 2017**, que dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela não violência contra a mulher e dá outras providências;
- **Lei Federal 13.427, de 30 de março de 2017**, que altera o art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que "dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências", para inserir, entre os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), o princípio da organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica em geral.

**PROCURADORIA**

- **Decreto Federal nº 9.586 de 2018**, que institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica

- **Lei Federal nº 13.271, de 02 de outubro de 2018**, que altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para estabelecer que será dada prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva violência doméstica e familiar contra mulher ou violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

- **Lei Estadual nº 17.626, de 7 de fevereiro de 2023**, que autoriza o Poder Executivo a promover o pagamento de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Estado de São Paulo.

- **Lei Estadual nº 17.635, de 17 de fevereiro de 2023**, que dispõe sobre a capacitação dos funcionários de bares, restaurantes, boates, clubes noturnos, casas de espetáculos e congêneres, para habilitá-los a identificar e combater o assédio sexual e a cultura do estupro praticados contra as mulheres, e dá outras providências.

- **Lei Estadual nº 17.637, de 17 de fevereiro de 2023**, que institui a Política Estadual de Qualificação Técnica e Profissional e dispõe sobre a preferência de vagas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar no Estado de São Paulo.

- **Lei Estadual nº 17.760, de 2023**, que autoriza o Poder Executivo a instituir, regulamentar e implementar o Programa Saúde da Mulher Paulista, com a finalidade de promover ações e serviços de prevenção e assistência integral à saúde da mulher no âmbito do Estado de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 11.913, de 18 de outubro de 1995**, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, a Semana da Mulher, a ser realizada, anualmente, no mês de março.

- **Lei Municipal nº 13.150, de 20 de junho de 2001**, que introduz o quesito "violência de gênero" no sistema municipal de informações em saúde, e dá outras providências.

**PROCURADORIA**

- **Lei Municipal nº 13.172, de 15 de agosto de 2001**, que institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa "Mulher - Sua Saúde, Seus Direitos".
- **Lei Municipal nº 13.191, de 23 de outubro de 2001**, que dispõe sobre uso dos espaços publicitários nos ônibus e nos abrigos de espera para campanhas educativas contra a violência à mulher.
- **Lei Municipal nº 13.198, de 30 de outubro de 2001**, que dispõe sobre a assistência às vítimas de violência.
- **Lei Municipal nº 13.280, de 08 de janeiro de 2002**, que dispõe sobre a criação da Casa Municipal de Apoio à Mulher.
- **Lei Federal nº 10.778, de 24 de novembro de 2003**, que estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso de violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados.
- **Lei Municipal nº 13.671, de 26 de novembro de 2003**, que dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.
- **Lei Municipal nº 13.786 de 12 de fevereiro de 2004**, que dispõe sobre a realização de campanhas educativas contra violência à mulher.
- **Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**, que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.
- **Decreto Municipal nº 48.495, de 05 de julho de 2007**, que institui o Programa de Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

**PROCURADORIA**

- **Lei Municipal nº 15.104 de 2010**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o evento Mulher Com Vida, a ser comemorado anualmente no dia 08 de março, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 14.673 de 14 de janeiro de 2008**, que dispõe sobre a criação de casas-abrigo para o atendimento de mulheres em situação de violência doméstica e seus dependentes, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 15.043 de 27 de novembro de 2009**, que dispõe sobre os serviços públicos municipais de atendimento à saúde da mulher, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 15.137 de 25 de março de 2010**, que autoriza a celebração de consórcio com municípios do Estado de São Paulo, objetivando o atendimento às mulheres vítimas de violência, na forma que especifica.
- **Lei Municipal nº 15.203 de 18 de junho de 2010**, que estabelece diretrizes para a Política Municipal de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência.
- **Lei Municipal nº 15.635 de 20 de setembro de 2012**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia de Luta e Combate à Violência Contra a Mulher.
- **Lei Municipal nº 16.068 de 04 de setembro de 2014**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Mês do Ativismo pela não Violência contra a Mulher.
- **Decreto Municipal nº 55.089, de 08 de maio de 2014**, que institui o Projeto Guardiã Maria da Penha.
- **Lei Municipal nº 16.165 de 13 de abril de 2015**, que institui a ação Ronda Maria da Penha no âmbito da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo, e dá outras providências.
- **Decreto Municipal nº 56.702, de 09 de dezembro de 2015**, que cria o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres - CMPM.

**PROCURADORIA**

- **Lei Municipal nº 16.684, de 10 de julho de 2017**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação, no âmbito do Município de São Paulo, de avisos com o número do Disque Denúncia de Violência Contra a Mulher (Disque 180);
- **Lei Federal nº 13.421, de 27 de março de 2017**, que dispõe sobre a criação da Semana Nacional pela não violência contra a mulher e dá outras providências;
- **Lei Municipal nº 16.806, de 19 de janeiro de 2018**, que dispõe sobre a política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade pela Rede Pública de Saúde, com a utilização do Contraceptivo Reversível de Longa Duração de Etonogestrel, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 16.823, de 06 de fevereiro de 2018**, que institui um projeto de prevenção de violência doméstica com estratégia de saúde da família.
- **Lei Municipal nº 17.218, de 25/10/2019**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Mês de Agosto Lilás, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.450, de 09/09/2020**, que institui multa administrativa ao agressor das vítimas de violência doméstica e familiar.
- **Lei Municipal nº 17.320, de 18/03/2020**, que dispõe sobre concessão de auxílio-aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica, no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.699, de 22/10/2021**, que determina a inclusão de serviços de proteção à mulher vítima de violência nos sites da Prefeitura do Município e da Câmara Municipal de São Paulo, e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.579, de 26/07/2021**, que dispõe sobre o encaminhamento das solicitações de acolhimento emergencial e de auxílio-aluguel para mulheres em situação de violência.
- **Lei Municipal nº 17.560, de 31/05/2021**, que dispõe sobre a implantação do acompanhamento psicológico para mulheres vítimas de violência no Município e dá outras providências.
- **Lei Municipal nº 17.840, de 27/07/2022**, que dispõe sobre a obrigatoriedade da fixação de placas informativas do serviço Disk Denúncia 180 nos sanitários

**PROCURADORIA**

femininos de bares, restaurantes, boates, casas de espetáculos e congêneres, no âmbito do Município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 17.803, de 09/05/2022**, que dispõe sobre a responsabilidade de os condomínios residenciais do Município de São Paulo comunicarem ocorrências de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

- **Lei Municipal nº 17.962, de 15/06/2023**, dispõe sobre a divulgação do Programa Tem Saída, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 17.957, de 06/06/2023**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia do combate à violência nos condomínios contra a mulher, a criança, o idoso, o deficiente físico e mental, os animais e entre os vizinhos, a ser celebrado anualmente no dia 22 de novembro, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 17.884, de 02/01/2023**, que institui o Programa de Acompanhamento Psicológico às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, no âmbito do Município de São Paulo.

- **Lei Municipal nº 17.907, de 11/01/2023**, que dispõe sobre a realização da Semana de Conscientização sobre a Violência Obstétrica no Município de São Paulo, e dá outras providências.

- **Lei Municipal nº 18.109, de 03/05/2024**, dispõe sobre a criação do Programa de fortalecimento da saúde mental e do enfrentamento à violência psicológica entre mulheres (Wollying).

- **Lei Municipal nº 18.171, de 24/07/2024**, que dispõe sobre a presença de serviços de segurança em equipamentos públicos de atendimento a mulheres vítimas de violência.

- **Lei Municipal nº 18.371, de 23/12/2025**, que altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir o Dia de Conscientização sobre o Enfrentamento à Violência Contra a Mulher no Calendário de Eventos do Município de São Paulo.

**PROCURADORIA**

PL 141/2025 Institui o "Programa de Valorização da Vida" no município de São Paulo e dá outras providências

PL 816/2025 Institui, no Município de São Paulo, a Campanha Municipal de Combate à Violência Política de Gênero e Raça contra a Mulher, denominada Setembro Delas, e dá outras providências.

PL 634/2024 Institui o Programa Luana Barbosa no Município de São Paulo e dá outras providências.

PL 143/2024 Institui a política municipal de enfrentamento à violência política de gênero e raça e dá outras providências.

PL 432/2023 Dispõe sobre a implementação de Canais de Comunicação visando ampliar o alcance do protocolo "Não Se Cale" estabelecido pela Lei nº 17.951, de 23 de maio de 2023.

PL 244/2021 Cria a campanha permanente de enfrentamento ao assédio e à violência sexual no Município de São Paulo, e dá outras disposições.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Senhor Presidente.

São Paulo, 19 de janeiro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068